



Universidade de Brasília

Departamento de Economia

**O clima de investimento no Brasil, evidências empíricas do  
*Doing Business***

**Pedro Caiua Campelo Albuquerque**

**Matrícula 12/0153483**

Brasília

Dezembro de 2016

**PEDRO CAIUA CAMPELO ALBUQUERQUE**

**O clima de Investimento no Brasil, evidências empíricas do  
*Doing Business***

Monografia do curso de graduação para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, campus Darcy Ribeiro

**Banca examinadora:**

Professor José Guilherme de Lara Resende (Orientador)

Professor Daniel Oliveira Cajueiro

Brasília

Dezembro de 2016

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos que, de qualquer forma, contribuíram para minha formação acadêmica. Um agradecimento especial para a minha família e minha namorada, por todo o apoio, nos últimos quatro anos de estudos. Agradeço também a todos os professores do departamento de economia da UnB, em particular ao meu orientador, professor José Guilherme de Lara Resende, um exemplo de professor no departamento.

## Resumo

É de comum acordo na literatura econômica que o investimento é um dos principais motores da economia. Deste modo, para o país atrair investimento externo, é necessário desenvolver um ambiente de negócios atrativo. Este trabalho analisamos a evolução do clima de investimento no Brasil e nos países com economia similar, com base no relatório do Banco Mundial, chamado *Doing Business Report*. Este relatório capta, desde 2003, a facilidade de empreender em diversos países no mundo, de forma objetiva. Esta monografia compara a evolução na pontuação que esses países tiveram, desde o relatório inicial. Por fim, apresentamos as reformas que os países analisados fizeram para melhorar seu ambiente de negócios.

Palavras-chave: Investimento, Ambiente de Negócios, *Doing Business Report*.

## Sumário

Introdução .....	6
1. Metodologia do <i>Doing Business</i> .....	10
1.1. Mudança na metodologia .....	12
2. Evolução do Brasil .....	13
2.1. Evolução na DTF original .....	13
2.2. DTF “legítima” .....	15
2.3. Evolução na DTF “legítima” .....	18
3. Reformas em outros países .....	20
3.1. Reformas na Rússia .....	21
3.2. Reformas no México .....	26
3.3. Reformas na Colômbia .....	28
3.4. Reformas na Índia .....	30
3.5. Reformas na China .....	34
3.6. Reformas na Costa Rica .....	36
4. Considerações Finais .....	38
Referências Bibliográficas .....	40

## Introdução

O sucesso do crescimento econômico, sustentável no tempo, de uma nação está associado aos investimentos realizados nos diversos setores-chaves para o desenvolvimento do país. A partir dos investimentos, cria-se uma estrutura, uma base sólida para a geração de riqueza, renda, emprego e futuro bem-estar para a população no longo prazo, de forma estável e duradoura.

O investimento é responsável por proporcionar a continuidade do fluxo de renda e da dinâmica da economia, independentemente de sua natureza. Tanto o investimento público quanto o privado são importantes para o crescimento da nação, embora se diferenciam em produtividade e eficiência. O investimento privado, como se situa em um ambiente de intensa concorrência, sem vantagens exclusivas ou fácil acesso a recursos extraordinários, tende a estar em constante inovação, apresentando maior eficiência. Apesar de menos produtivo, o investimento público também garante a dinamização na economia, principalmente gerando emprego que se traduz em mercado consumidor e, indiretamente, incitando maior investimento privado por gerar uma demanda generalizada no mercado, conforme apontam Rocha e Teixeira (2006).

Keynes (1936), reforçou a importância da disponibilidade de crédito para viabilizar os investimentos produtivos, motor de desenvolvimento econômico. Deste modo, Keynes defendia que estímulos na demanda, incentivando o consumo ou o investimento privado, iriam agir de forma reguladora do mercado, reestabelecendo o nível de renda e emprego esperados. Já Solow (1956) argumentou que o critério essencial para o país se desenvolver é o investimento. Entretanto, o autor associava o investimento aos investimentos em capital financeiro, ou seja, gastos que ampliem a capacidade produtiva, como máquinas, equipamentos, tecnologia. Schumpeter (1982) afirmou que um aspecto importante não é só a parte física do investimento, mas que é preciso levar em conta a ideia da tecnologia para desenvolver a capacidade empresarial. O autor confere prioridade ao investimento científico e tecnológico, ou seja, aqueles que afetam diretamente a produtividade.

Becker (1964), Schultz (1973) e Blaug (1975) afirmam que o investimento em capital humano é tão importante quanto de capital físico. Esses autores argumentam

que a partir do investimento em recursos humanos, na educação, na capacitação e na qualificação das pessoas, obtém-se capacidade empresarial para que o investimento venha, se materialize e dê resultado. Mueller e Pereira (2002) realçam a importância das instituições para o desenvolvimento do investimento. Para os autores, sem a presença de instituições sérias e sem o cumprimento de contratos, não é possível criar um ambiente atrativo para a evolução do investimento.

Esses estudos, antes, tratados de forma separada, atualmente são vistos como complementares uns aos outros. É a união dessas diversas teorias que explica a dinâmica do processo de investimento. Mas esses investimentos somente ocorrerão caso se tenha um clima de investimento simples, atrativo e eficiente.

Para a decisão de investimento dos agentes econômicos se consolidar, é primordial a existência de um ambiente atrativo (Stern, 2002). Ou seja, é necessário ter um clima de investimento favorável para se obter o ingresso dos recursos e capitais na economia, materializados em investimentos. Esse clima favorável é atingido a partir da associação de diversos elementos políticos e econômicos, de ações públicas e privadas, que unidos geram menor incerteza e insegurança, as quais influenciam os riscos e retornos dos investidores. Esse ambiente é composto por leis efetivas, governo eficiente e instituições sérias, estabilidade macroeconômica e infraestrutura adequada.

Stern (2002) lista diversas condições necessárias para o desenvolvimento do clima de investimento do país. Primeiramente, é essencial a existência de uma situação macroeconômica estável, ou seja, um ambiente em que a inflação esteja controlada e as expectativas futuras das principais variáveis macroeconômicas sejam positivas. Além disso, é necessário um bom grau de liberdade na economia, isto é, a eliminação de barreiras comerciais que limitam o acesso ao mercado externo e o fluxo internacional de bens, serviços e capitais. Uma economia estável e integrada com o resto do mundo facilita a circulação do capital privado entre as nações.

O autor ainda afirma que uma das funções do governo é encorajar o investidor privado e fazê-lo enxergar oportunidades em meio à economia em ascensão. Sua política monetária deve facilitar o acesso ao crédito, mantendo-se a taxa de juros relativamente baixa e contratos mais flexíveis. Sobre a política fiscal, o

governo deve reduzir a incidência de tributos e taxas que dificultam e desestimulam a consolidação dos investimentos, além de apresentar um sistema tributário simplificado. Além disso, é necessário um ambiente prático, com pouca burocracia. O excesso de burocracia gera ineficiência nos processos, no ambiente de negócios, tornando o encaminhamento de consolidação de qualquer decisão e a realização de negociações e contratos longo, desgastante e desestimulante. O governo e as instituições devem se basear em um formalismo moderado como ferramenta de gestão.

Outra condição necessária para o desenvolvimento do ambiente de negócios é a ausência de corrupção. Deste modo, a ocorrência de subornos, favoritismos e fraudes no governo e nas instituições é uma forte causadora de insegurança no ambiente econômico, pois é uma ameaça para a dinâmica do livre mercado.

Em relação ao funcionamento equilibrado da economia de mercado, deve-se atentar às concentrações de poder na produção. Ou seja, deve haver um ambiente econômico justo, seguro, competitivo e estável que transmita segurança e efetividade no cumprimento de regras. Como essa situação normalmente não é alcançada, a economia viveria em um ambiente sem boa governabilidade, com instituições e regulações ineficientes para organizar e fiscalizar o comportamento dos diversos agentes. Com o objetivo de garantir a livre competição de mercado, o governo pode adotar diversas medidas como: taxar os agentes econômicos que descumpram as regras de funcionamento da competição, garantir e reforçar os direitos de propriedade, a efetivação de contratos e o cumprimento das leis. Dentre as regulações e leis, cabe lembrar também o importante princípio da proteção da propriedade de marcas e patentes.

Calderón e Servén (2004) encontraram uma relação positiva entre a quantidade e a qualidade de infraestrutura com a taxa de crescimento do produto per capita de longo prazo das economias. Assim, o investimento em infraestrutura está associado à eficiência da logística dos processos produtivos e contribui para a melhoria de um ambiente de investimento. Esses aspectos estruturais representam uma complementaridade aos seus investimentos e são fundamentais, pois influenciam a consolidação das diversas etapas produtivas, na eficiência da produção, no escoamento dos produtos e no lucro do investidor. É importante a



qualidade, facilidade de acesso e baixo custo dos serviços desses setores como o de energia, transporte, comunicação e também a infraestrutura financeira.

Para se obter uma alocação eficiente dos recursos na economia e identificar os setores ociosos que necessitam maior atenção, é primordial o papel da pesquisa e do planejamento, que, viabiliza o alcance da eficiência na alocação do capital, evita-se o desperdício de recursos, prejuízos e permite obter vantagens sobre as diversas oportunidades potenciais do mercado.

O ambiente de negócios é um determinante essencial da atividade econômica. Um país que apresenta um ambiente de negócios hostil aumenta os custos de operação das empresas devido à contratação de pessoal e serviços dedicados à interação com o Estado, como contadores e advogados; reduz a entrada de novas empresas, diminuindo a concorrência; e aumenta os riscos associados à atividade econômica, em função da lentidão e imprevisibilidade dos procedimentos administrativos e jurídicos. Além desse custo de oportunidade, um clima de investimento hostil pode causar uma fuga de capital do país. Isso leva a uma menor geração de emprego, menor crescimento econômico, inflação, depreciação da moeda devido à fuga de dólar. A análise do ambiente de negócios de cada país deve ser feita de forma minuciosa e cada variável desse ambiente deve ser estudada cuidadosamente.

Apesar da evidente importância de um clima de negócios eficiente e descomplicado, até meados de 1990, havia pouca coisa na literatura econômica sobre o tema. Então, Djankov *et al.* (2002), foram pioneiros ao criarem uma base de dados com o tempo e o custo de abrir uma empresa em diversos países. Os autores concluíram que maiores tempos e custos de abertura de negócio estão relacionados ao aumento de informalidade na economia, maior presença de firmas pequenas e improdutivas e maiores níveis de corrupção.

Baseado nesse artigo, o Banco Mundial criou, em 2003, o relatório *Doing Business*, que apresenta uma nova metodologia para captar o ambiente de negócios de forma objetiva e comparável entre os 190 países (Mation, 2014). O relatório é composto pela análise de diversas áreas como abertura de empresas, obtenção de crédito, proteção de investidores, pagamentos de impostos. Desta forma, calcula-se

um valor de 0 a 100 para cada área, e usando pesos iguais para cada área, se obtém um valor de 0 a 100 para cada país.

Desde 2003, mais de 2.000 artigos de pesquisa foram publicados em revistas acadêmicas usando a base do Banco Mundial (Besley, 2015). O autor afirma que diversos países no mundo perceberam o impacto positivo que o ambiente de negócios favorável tem na economia. Assim, desde o começo da divulgação do relatório, muitos países vêm fazendo mudanças para ficarem mais atrativos para o investidor. Besley (2015) reforçou que diferentes governos em variadas regiões colocaram a atração de capital externo como prioridades em seus mandatos, como a Índia e a Rússia.

O relatório mostra que o Brasil se manteve relativamente estagnado ao longo de um período de 11 anos, isto é, desde as primeiras publicações, o Brasil não variou de forma significativa sua posição no ranking divulgado. Em contrapartida, diversos países emergentes, que obtiveram uma nota inicial ruim, evoluíram de forma surpreendente nos últimos relatórios publicados pelo Banco Mundial.

Além desta introdução, este trabalho está dividido em mais quatro partes. No capítulo 1, descrevemos como funciona a metodologia do *Doing Business* e as mudanças de metodologia que ocorreram ao longo dos anos. Já no capítulo 2, analisamos a evolução do ambiente de negócios de alguns países e como a mudança na metodologia afeta a nota de cada país analisado. No capítulo 3, apresentamos as reformas que os países analisados tiveram ao longo dos anos. Finalmente, na última seção concluímos.

## **1. Metodologia do *Doing Business***

O indicador do *Doing Business* é composto por dez áreas: 1) abertura de empresas, 2) obtenção de alvarás de construção, 3) obtenção de eletricidade, 4) registro de propriedades, 5) obtenção de crédito, 6) proteção de investidores minoritários, 7) pagamentos de impostos, 8) comércio internacional, 9) execução de contratos e 10) resolução judicial de insolvências. Além destas 10 áreas o Banco

Mundial também avalia as áreas de regulação do mercado de trabalho e vendas para o governo, porém estas áreas não constam no cálculo do ranking geral.

De modo geral, o *Doing Business* registra todos os procedimentos envolvidos em cada área e são calculados o tempo para execução, o número e os custos administrativos desses procedimentos. Por exemplo na área de abertura de empresas, são calculados os custos, o tempo e o número de todos os procedimentos que um empresário leva para começar a operar uma empresa industrial ou comercial. Estes procedimentos incluem todos processos a que os empreendedores se submetem para obter todas aprovações, licenças, autorizações, verificações ou inscrições necessárias para a empresa e seus funcionários operem (Banco Mundial, 2016).

Porém, algumas áreas incluem componentes mais particulares. Por exemplo, a área de proteção de investidores minoritários conta com variáveis específicas, como índice de transparência e índice de direito dos acionistas, que recebem uma nota de 0 a 10 para cada variável. Assim, as variáveis acabam sendo medidas em proporções diferentes.

Todas as variáveis são convertidas para uma escala comum, chamada distância para a fronteira (*distance to frontier* – DTF), que varia de 0 a 100. Deste modo, é calculada uma DTF para cada área que compõe o relatório, através da média das DTF's dos componentes específicos da área. A partir da DTF da área também é calculado um ranking dos países do mesmo setor. O Brasil, por exemplo, no *Doing Business* 2017, referente ao ano de 2016, ficou em 181º na área de pagamento de impostos e obteve uma DTF de 33,03, dos 190 países analisados.

Finalmente, A DTF geral é calculada pela média das DTF's das dez áreas, possibilitando comparações cardinais entre os desempenhos dos países e a evolução de cada país ao longo do tempo (Mation, 2014). O *Doing Business* também publica os rankings dos países em cada área e no índice geral.

### 1.1. Mudança na metodologia

Primeiramente, o Banco Mundial publica o relatório com o número do ano, porém o ano realmente analisado pelo Banco Mundial foi o anterior. Assim, desde a sua primeira publicação, o *Doing Business Report* 2004, referente ao ano de 2003, o relatório vem evoluindo sua metodologia, isto é, ampliando a dimensão de tópicos cobertos e o número de países pesquisados. O relatório base analisado neste trabalho é o *Doing Business* 2006, referente ao ano 2005. A partir desse ano os dados se tornaram disponíveis e o estudo já abrangia 9 áreas e 179 países.

A primeira grande mudança no *Doing Business Report* ocorre em 2009, quando o relatório passa a incluir uma nova área: obtenção de eletricidade. Esta área calcula o tempo, o custo, o número de procedimentos e um índice de fiabilidade de fornecimento e de transparência de tarifas para a aquisição de energia elétrica permanente em uma abertura de negócio. A inclusão deste setor melhorou a colocação do Brasil no ranking, fazendo que o país subisse algumas posições no relatório, mesmo sem ter feito nenhuma reforma significativa.

Até 2015, o relatório fazia o cálculo das áreas para a cidade com maior atividade econômica do país. Por exemplo, no caso do Brasil, o relatório calculava a DTF de todas as áreas, analisando São Paulo, isto é, São Paulo servia de “instrumento” para representar a nota do Brasil como um todo. Porém, para países grandes, a economia tende a ser menos concentrada na principal cidade do país. Assim, o relatório passou a incluir a análise de uma 2ª cidade para países com mais de 100 milhões de habitantes. Deste modo, é calculada uma DTF para as duas maiores cidades do país e em seguida é computada a média dos indicadores das duas cidades ponderada pela população. Os países que tiveram a 2ª maior cidade incluída no relatório são: Bangladesh, Brasil, China, Índia, Indonésia, Japão, México, Nigéria, Paquistão, Rússia, e Estado Unidos.

Além disso, o *Doing Business Report* 2015 revisou a metodologia em algumas áreas, como pagamento de impostos, obtenção de crédito e proteção de investidores minoritários. Esta revisão na metodologia teve como objetivo tornar a análise de cada setor mais eficiente e atualizada. Por exemplo, na área de obtenção de crédito, o indicador considera a presença de uma plataforma online para

informações de crédito. A mudança ocorrida no DB2015 também foi aplicada para o relatório anterior, DB2014, referente ao ano de 2013.

Já no relatório DB2016, referente ao ano de 2015, foram incluídos novos componentes para mensurar a qualidade da regulação. Ademais, as áreas registro de propriedades, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade e cumprimento de contratos ganharam um novo indicador. Igualmente ao relatório anterior, o DB2016 também publicou informações para o ano base (2015) e o anterior (2014). Finalmente, o DB2017, referente a 2016, adicionou uma nova variável na área de pagamento de impostos e expandiu os indicadores para as áreas de abertura de empresas, registro de propriedades e execução de contratos. Além disso, acrescentou mais um país ao relatório, passando a analisar um total de 190 países. Novamente, o relatório aplicou as mudanças ao relatório do ano anterior.

## **2. Evolução do Brasil**

### **2.1. Evolução na DTF original**

O relatório inicial para o análise deste trabalho é o DB2006, referente ao ano de 2005, quando os dados passaram a ser disponíveis. Enquanto o último relatório analisado é o DB2017, referente ao ano de 2016. No relatório de 2005 o Brasil ocupava a posição de número 116 e com o indicador da DTF de 46,1. Já no relatório referente a 2016, com 190 países analisados, o Brasil ficou em 123º, com o indicador da DTF no valor de 56,53. Ou seja, considerando a entrada de alguns países no relatório e a evolução de outros países do ranking, o Brasil ficou praticamente estagnado nos últimos anos, evoluindo pouco sua nota no relatório. Esta situação se acentua quando comparada a economias parecidas com a do Brasil.

A tabela abaixo mostra a variação nas DTF's originais, publicadas pelo relatório, nos anos 2005 a 2016 dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e países latinos, como Chile, Colômbia, Costa Rica, México.

**Tabela 1 – Evolução na DTF original nos anos de 2005 a 2016**

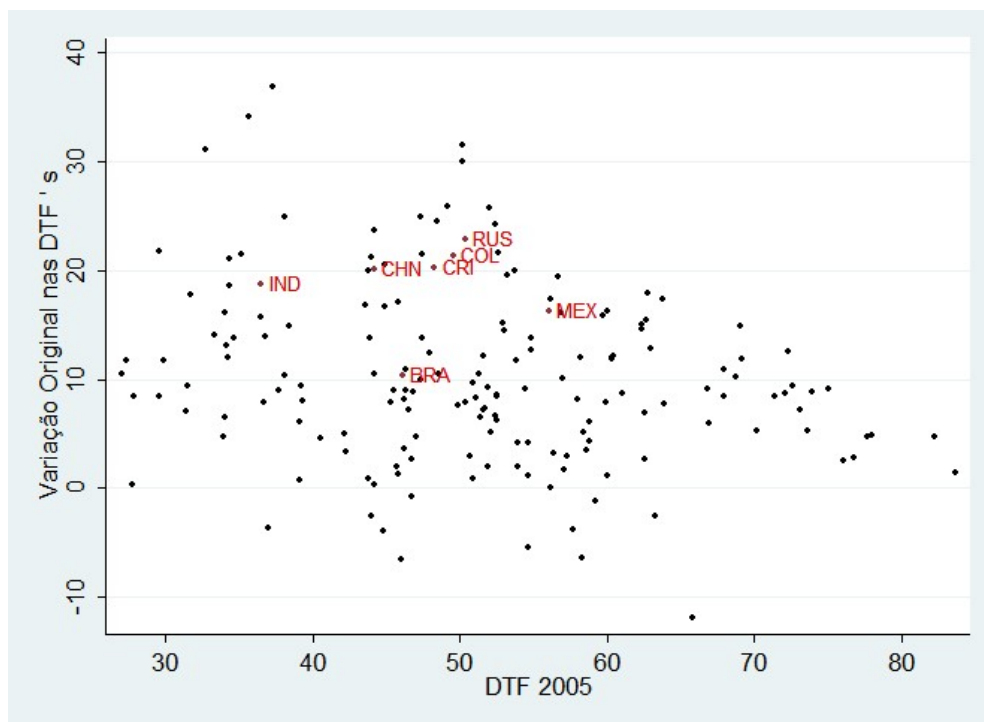
PAÍS	2005		2016		Variação DTF	
	DTF (A)	RANK	DTF ORIGINAL (B)	RANK ORIGINAL	DIFERENÇA ORIGINAL (B-A)	VARIAÇÃO ORIGINAL (%)
Índia (IND)	36,47	152º	55,27	130º	18,8	51,55%
China (CHN)	44,16	129º	64,28	78º	20,12	45,56%
Rússia (RUS)	50,35	93º	73,19	40º	22,84	45,36%
Colômbia (COL)	49,55	97º	70,92	53º	21,37	43,13%
Costa Rica (CRI)	48,26	101º	68,5	62º	20,24	41,94%
México (MEX)	56,04	59º	72,29	47º	16,25	29,00%
<b>Brasil (BRA)</b>	<b>46,10</b>	<b>116º</b>	<b>56,53</b>	<b>123º</b>	<b>10,43</b>	<b>22,62%</b>
Chile (CHI)	62,59	30º	69,56	57º	6,97	11,14%

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

É possível observar que países que iniciaram mal, como Índia, China, Rússia, Colômbia e Costa Rica apresentaram variações positivas acima de pelo menos 30% do seu ranking inicial. No caso do Chile, único país analisado que variou sua DTF inicial menos que o Brasil, nota-se que o país já apresentava um clima de investimos favorável, ocupando a 30º posição no relatório inicial e ainda evoluiu cerca de 11,15% da sua nota inicial. Assim, conclui-se que entre os BRIC e alguns países vizinhos, o Brasil é um dos que menos evoluiu no relatório do Banco Mundial.

O gráfico abaixo mostra a evolução das DTF's de todos os países do relatório, com destaque os países analisados na Tabela 1.

**Gráfico 1 – Dispersão das Variações Originais nas DTF's**



Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

No Gráfico 1, é possível observar que, entre os países emergentes, o Brasil é o que apresenta a menor evolução do ranking do *Doing Business*. Dentre os países que tiveram sua variação menor que a do Brasil e com a baixa DTF inicial (pontos à esquerda e abaixo do Brasil no gráfico), temos: Angola, Argélia, Camarões, Guiné Equatorial, Etiópia, Haiti, Iraque, Venezuela. Isto é, os países com a situação de evolução no relatório pior que do Brasil são países com sérios problemas, como guerras civis, ditaduras e grande desigualdade social.

## 2.2. DTF “legítima”

Enquanto a DTF original é a média final das DTF's de cada área, divulgadas no *Doing Business Report*, a DTF “legítima” é a nota que cada país recebe, após retirados todos os possíveis ganhos com as mudanças na metodologia do relatório. Por exemplo, no ano de 2009 o Banco Mundial adicionou a área de eletricidade no relatório. O Brasil que tinha, neste ano, uma DTF geral de 49,75 no ano anterior,

passou a ter uma DTF geral de 53,83, ganhando cerca de 4 pontos na sua nota final sem ter feito grandes reformas no ambiente de negócios do país. Deste modo, a DTF “legítima” do ano de 2009, seria a 49,75, diferente da DTF original, de 53,83.

Assim, para o cálculo da DTF “legítima”, foram retirados todos os pontos ganhos em todas as áreas que passaram por mudanças na sua metodologia, e esta diferença foi subtraída para os anos seguintes. Desta forma, é possível analisar quais países tiveram alterações em seus ambientes de negócios e não ganhos causados por mudanças metodológicas. Na tabela abaixo, apresento a diferença entre a DTF original e a DTF “legítima” no ano de 2016.

**Tabela 2 – DTF Original vs. DTF “legítima”**

PAÍS	2005		2016				Variação DTF
	DTF (A)	RANK	DTF ORIGINAL (B)	RANKING ORIGINAL	DTF “LEGÍTIMA” (C)	RANKING “LEGÍTIMO”	ESPÚRIA (B-C)
Colômbia (COL)	49,55	97º	70,92	53º	72,35	31º	-1,43
Chile (CHI)	62,59	30º	69,56	57º	70,75	43º	-1,19
Rússia (RUS)	50,35	93º	73,19	40º	70,72	44º	2,47
México (MEX)	56,04	59º	72,29	47º	69,97	49º	2,32
Costa Rica (CRI)	48,26	101º	68,50	62º	64,77	73º	3,73
China (CHN)	44,16	129º	64,28	78º	58,72	108º	5,56
Índia (IND)	36,47	152º	55,27	130º	51,27	149º	4,00
<b>Brasil (BRA)</b>	<b>46,10</b>	<b>116º</b>	<b>56,53</b>	<b>123º</b>	<b>50,38</b>	<b>153º</b>	<b>6,15</b>

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Com o cálculo da DTF “legítima”, o Brasil cai 30 posições no novo ranking, obtendo uma DTF de 50,38, pior que a da Índia, país que está 7 posições atrás do Brasil no ranking original. Verifica-se que as mudanças na metodologia do relatório do Banco Mundial aumentaram a DTF “legítima” do Brasil em mais de 6 pontos. Dos países analisados, o Brasil foi o que mais evoluiu sua DTF devido a mudanças na metodologia do relatório, e não devido a reformas por si só. Isto é, dos 10,43 pontos de variação de 2005 a 2016, apresentados na Tabela 1, 6,15 foram devidos a ganhos de nova estrutura de cálculo do relatório.

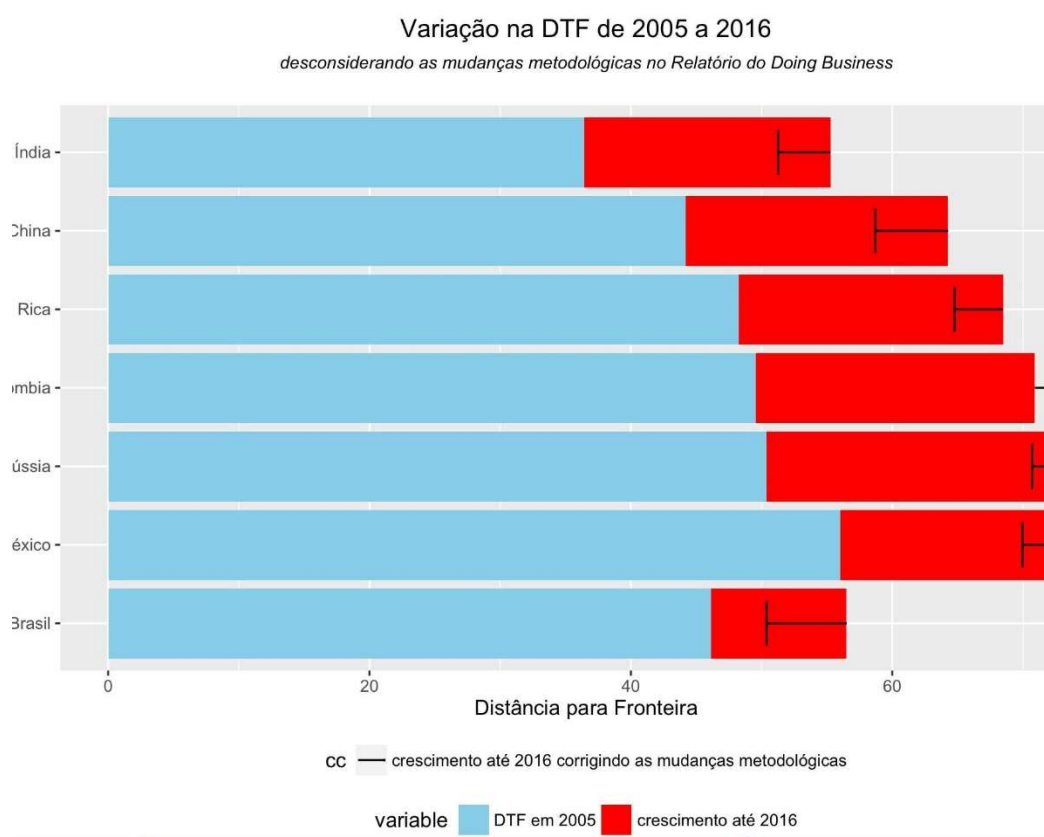
Não afirmamos que a DTF “legítima” mensura o ambiente de negócios melhor que a DTF original. As mudanças na metodologia podem ter melhorado o cálculo na nota do *Doing Business*. A mensuração do clima de investimento é uma questão



relativa e complexa, que o relatório procura aprimorar cada vez mais. Porém, nosso objetivo é mensurar as mudanças na DTF causadas por reformas ocorridas no ambiente de negócios dos países. Ou seja, o que os países realmente fizeram para se tornarem mais atrativos para facilitar e atrair o investimento, e neste caso, a DTF “legítima” mensura melhor esta evolução.

O Gráfico 2 facilita a compreensão de como os pontos ganhos devido a mudanças na metodologia do relatório afetaram a DTF dos 7 países analisados.

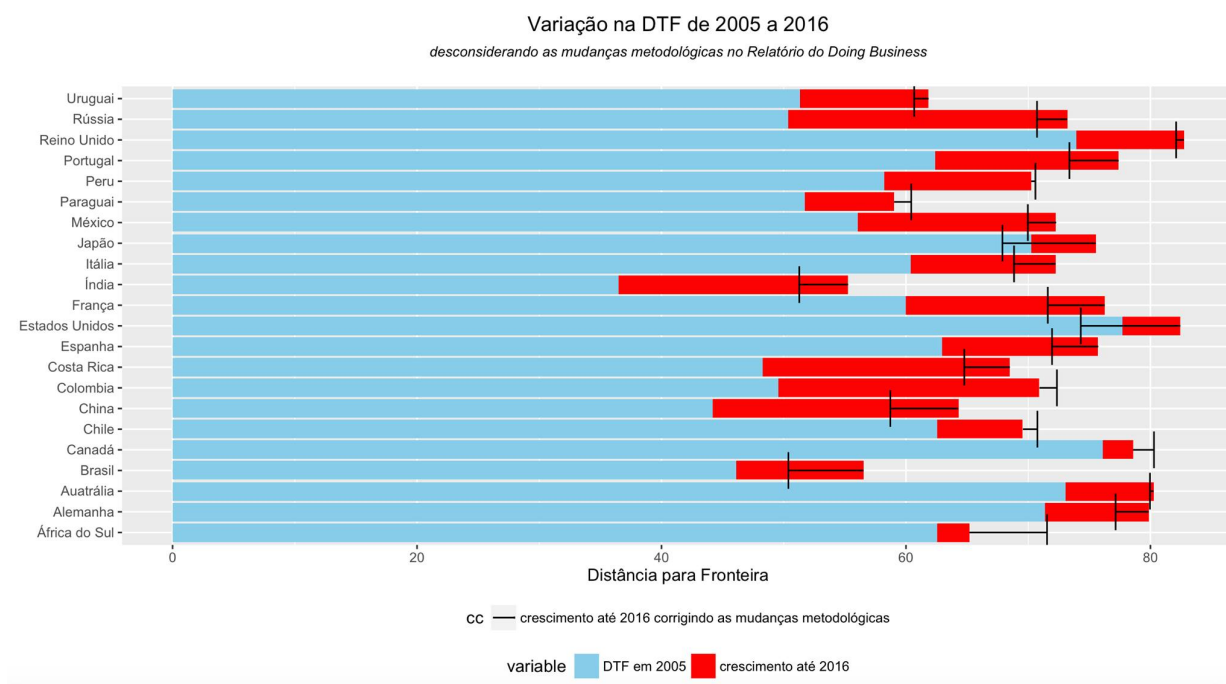
### Gráfico 2 – Variação Original vs. Variação Espúria



Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Observa-se que a “seta” que representa a evolução espúria, isto é, ganhos com a mudança na metodologia, é a maior no Brasil. Assim, a DTF “legítima” do Brasil seria a pior dos países analisados. O Gráfico 3 faz análise similar, porém com mais países.

### Gráfico 3 – Variação Original vs. Variação Espúria



Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

O Gráfico 3 deixa mais claro a situação de estagnação com relação a DTF do Brasil, pois seu ganho espúrio foi o maior dentre os países analisados acima. Existem países, como África do Sul e Canadá que já começaram com grandes notas no relatório inicial, porém as mudanças na metodologia prejudicaram a nota desses países no relatório. Isto é, a nota desses países seria maior se não tivesse ocorrido mudanças metodológicas no cálculo da DTF, situação oposta do Brasil.

### 2.3. Evolução na DTF “legítima”

Finalmente, a Tabela 3, de forma similar à Tabela 1, apresenta a evolução “legítima” de 2005 até 2016 dos países analisados anteriormente.

**Tabela 3 – Evolução na DTF “legítima” nos anos de 2005 a 2016**

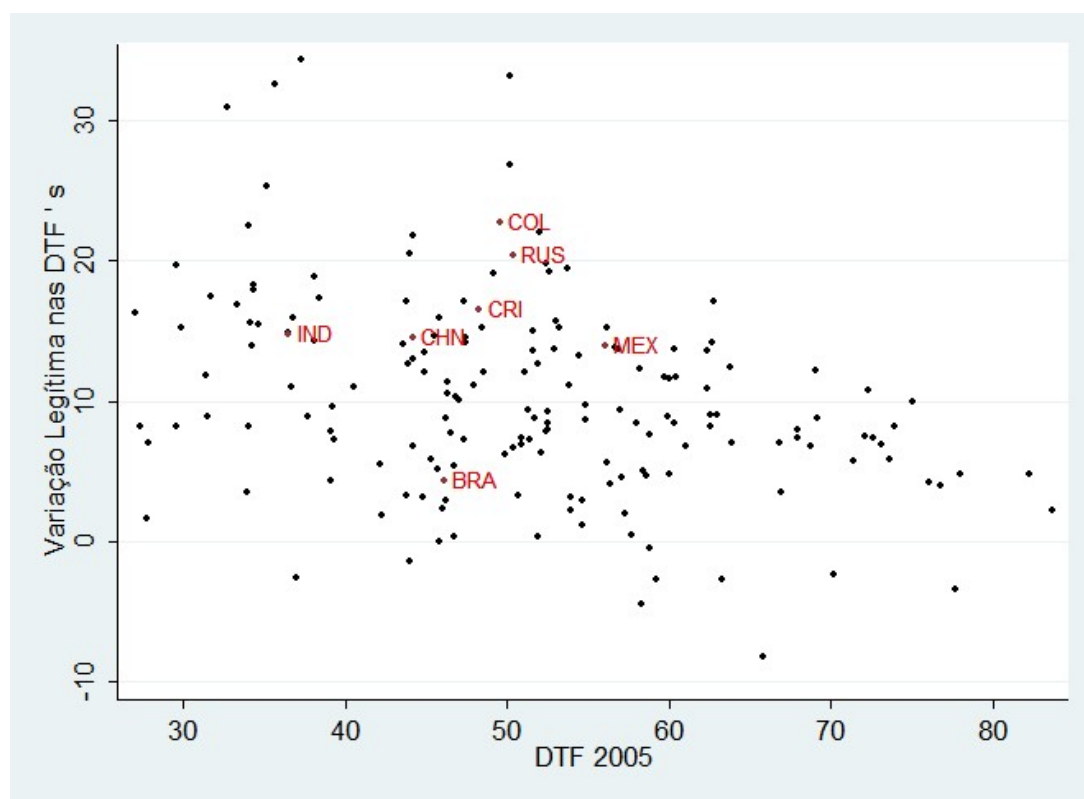
País	2005		2016		Variação DTF	
	DTF (A)	RANK	DTF “LEGÍTIMO” (C)	RANKING “LEGÍTIMO”	DIFERENÇA “LEGÍTIMA” (C-A)	VARIAÇÃO “LEGÍTIMA” (%)
Colômbia	49,55	97º	72,35	31º	22,80	46,00%
Índia	36,47	152º	51,27	149º	14,80	40,58%
Rússia	50,35	93º	70,72	44º	20,37	40,45%
Costa Rica	48,26	101º	64,77	73º	16,51	34,22%
China	44,16	129º	58,72	108º	14,56	32,96%
México	56,04	59º	69,97	49º	13,93	24,86%
Chile	62,59	30º	70,75	43º	8,16	13,04%
<b>Brasil</b>	<b>46,10</b>	<b>116º</b>	<b>50,38</b>	<b>153º</b>	<b>4,28</b>	<b>9,28%</b>

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

A Tabela 3 acentua mais a situação estagnada do ambiente de negócios do Brasil. O país teve uma das piores DTF's em 2005 e foi o que menos variou sua DTF “legítima”. Isto é, entre os BRIC e países vizinhos, foi o país que fez menos reformas em seu ambiente de negócios. Até o Chile, país que iniciou na posição de número 30 no ranking inicial, obteve uma variação “legítima” maior que a do Brasil.

Analogamente ao Gráfico 1, o Gráfico 4 mostra a evolução “legítima” de 2005 a 2016, retirando os ganhos de mudança metodológica, de todos os países do relatório.

**Gráfico 4 – Dispersão das Variações “Legítimas” nas DTF’s**



Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

O Gráfico 4 apresenta menos pontos abaixo e a esquerda no Brasil comparado com o Gráfico 1. Isto é, somente 9 países começaram com uma inferior à do Brasil em 2005 e tiveram variação “legítima” menor que o Brasil. Os países são: Bangladesh, Haiti, Iraque, Sudão, República Árabe da Síria, Venezuela, Iêmen e Zimbábue. Novamente, países com evolução “legítima” pior que a do Brasil, que passam por graves problemas estruturais no período analisado.

### 3. Reformas em outros países

Nesta seção analisamos as reformas que alguns governos fizeram para melhorar o ambiente de negócios de seus respectivos países. Os países analisados são os mesmo destacados no Gráfico 4 acima. Isto é, países que começaram mal no relatório mas evoluíram seu ambiente de negócios com o passar dos anos.

### 3.1. Reformas na Rússia

Em 2011 a Rússia ficou na posição 120 do relatório do *Doing Business*. Desde então, o governo russo percebeu um ambiente de negócios favorável é essencial para aumentar a quantidade de investimento estrangeiro que recebe (Lossan, 2015). Para isso o governo russo estabeleceu uma meta para melhorar drasticamente sua posição no *Doing Business*.

Em 2012 Vladimir Putin assinou um decreto especial com o objetivo de melhorar a classificação da Rússia em 100 pontos, chamado de “100 steps”. Sob esse decreto, a Rússia deve subir da posição 120 (2011) para o 20º lugar em 2018, com a meta intermediária sendo 50 em 2015 (Besley, 2015). A meta intermediária fixada foi praticamente alcançada, pois a Rússia ficou na posição 51º no relatório DB2016, referente ao ano de 2015. Já no relatório DB2017, a Rússia ficou em 40º.

A Rússia iniciou esse processo através de uma nova instituição, chamada Agência de Iniciativas Estratégicas (ASI), que começou a visitar várias regiões diferentes para comparar com o ambiente de negócios do seu país. Além disso, foi criada a Iniciativa Nacional Empresarial, um programa que tem o objetivo principal de formar roteiros para melhoras setores específicos.

Na área de obtenção de eletricidade, por exemplo, leis e regulamentos foram ajustados, resoluções governamentais e decretos presidenciais foram emitidos. Essa iniciativa ajudou a simplificar o número de procedimentos para ficar ligado a uma rede de energia e a reduzir os custos associados para menos de um quarto do que costumavam ser, a partir de 9.500 rublos (US \$ 147) para 2.100 rublos (\$ 32,5) por 1 kW. Como resultado, no ano de 2015, no indicador de Obtenção de Eletricidade a Rússia levantou-se da posição 143 para a 29, um recorde absoluto de variação na história do ranking do Banco Mundial.

A Agência de Iniciativas Estratégicas (ASI) foi criada em 2012 e sua estrutura está dividida em três partes. A primeira é o Conselho Fiscal, que conta com 14 membros. Este conselho é presidido pelo Presidente da Federação Russa Vladimir Putin e seus representantes são membros do poder executivo da Federação Russa. A segunda é o Conselho Inteligente, que funciona como a consultoria e inteligência

da ASI. Os membros desse conselho trabalham em uma base voluntária ou em qualquer outra circunstância aprovada pela direção da agência. Este conselho apresenta, atualmente, 70 membros. Finalmente, a Chefia Executiva é gerenciada pelo CEO da ASI, Nikitin Andrey Sergeevich e conta com 5 membros (ASI, 2016).

A chefia executiva determina a composição do Departamento Administrativo, Departamento Corporativo, Direção de Novos Negócios, Direção Jovens Profissionais, Direção Projetos Sociais e do Departamento de Comunicação Interno e Externo. O Departamento Administrativo ainda determina a Rede Regional da ASI, contando com escritórios regionais e membros públicos. Esses departamentos contam com diversos funcionários.

A ASI está dividida em três objetivos principais. O primeiro é a criação de condições para a liderança global, que conta com o crescimento nacional de tecnologia, investimento para elevar as empresas para médio porte e um crescimento industrial efetivo. Já a segunda meta principal é a criação de uma fundação de liderança de longo prazo, e está dividida em um novo modelo de educação complementar para crianças e na criação de uma imagem positiva do empresário na sociedade russa. Enfim, o terceiro objetivo é a melhoria do clima de investimento e do suporte aos investidores, fragmentado em uma iniciativa nacional de negócios, uma melhora na classificação nacional de clima de investimento em regiões russas (*Doing Business*) e uma nova qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Para melhorar o clima de investimento russo, a ASI traçou um roteiro que visa melhorar cada área avaliada pelo Banco Mundial. A Agência busca comparar cada área com as dos países melhores ranqueados e assim traçar uma meta para 2015 e 2018 para cada variável de cada área. O roteiro está dividido em 5 passos:

- (i) Diminuição do número de procedimentos.
- (ii) Desenvolvimento do investimento em infraestrutura – Inclui as 15 melhores práticas de investimento utilizadas pelas regiões economicamente mais bem-sucedidas.
- (iii) Atração de mais investidores na região – Governo Russo mostra de forma transparentes as informações relevantes da condição de fazer negócio e as oportunidades de investimento em cada região do país. O Governo

procurar mostrar o perfil de cada região, sobre indústrias, custos, transporte, logística e infraestrutura.

- (iv) Avaliação da eficácia da gestão de equipes – A Agência de Iniciativas Estratégicas em colaboração com as principais associações empresariais, carrega a implantação completa da classificação nacional do clima de investimento em todas as regiões russas. Esse ranking avalia os esforços das autoridades em todos os níveis nas regiões, de acordo com a criação do ambiente de negócios. O objetivo da avaliação é qualificar os principais fatores que criam um clima favorável ao investimento e a eficácia dos esforços das autoridades regionais para melhorar o clima de investimento na região.
- (v) Repetir as melhoras práticas – um grupo de empresários opera no domínio combinado desses indicadores de análise e verificação das descrições de melhores práticas a serem realizadas.

Além disso, a ASI organiza as áreas em que foram tomadas as medidas ainda apresenta o objetivo delas para 2018:

- (i) Comércio Internacional – Ficar na posição de número 17. Em 2016 ocupou a posição 140°.
- (ii) Promoção das Exportações – O Índice de crescimento das exportações se eleve para 160%. Em 2014 foi de 137%.
- (iii) Registro de Empresas –Alcançar a posição de número 20. Em 2014 ficou em 34° (objetivo desse ano era ficar em 88).
- (iv) Obtenção de Eletricidade –Alcançar a posição de número 20 do *Doing Business*. Em 2016 ficou em 30°.
- (v) Permissão para Construção – Alcançar a posição de número 34. Em 2016 ficou em 115°.
- (vi) Registro de Propriedade – Alcançar a posição de número 4. Em 2016 ficou em 8°.
- (vii) Desenvolvimento da Concorrência – Alcançar é subir 40% no ranking de ambiente competitivo. Em 2014 estava com 25%.
- (viii) Regulação do Ambiente de Negócios – Diminuir os custos administrativos em 80%.

- (ix) Acesso à Aquisição das Empresas Estatais – Alcançar 25% das compras totais.
- (x) Avaliação das Atividades – Alcançar 77% de satisfação dos clientes. Em 2015 ficou próximo de 73%
- (xi) Melhoras na Administração dos Impostos –Alcançar a posição de número 50 no *Doing Business*. Em 2016 ficou em 45º.

A Tabela 4, apresenta todas as reformas feitas pelo Governo Russo, desde 2011 (Banco Mundial, 2016).



Tabela 4 – Micro reformas na Rússia de 2011 a 2016

Área	DB12	DB13	DB14	DB15	DB16	DB17
<b>Abertura de Empresa</b>			Eliminou requisitos para abertura de contas bancárias de empresa	Eliminou a necessidade de depósito do capital antes do registro da empresa	Reduziu o número de dias necessários para abrir uma conta bancária corporativa	
<b>Comércio Internacional</b>	Reduziu o número de documentos necessários para exportação e importação		Criou um sistema eletrônico de apresentação de documentos de exportação e importação			
<b>Obtenção de Eletricidade</b>	Revisão das tarifas de conexão e tornou a obtenção mais barata				Eliminou inspeção por fornecedores de eletricidade e revisou tarifas de ligação	
<b>Obtenção de Alvará de Construção</b>		Eliminou série de requisitos de aprovação para pré-construção	Eliminou requisitos para aprovação de projetos e reduziu tempo de registro de novo edifício			Removeu a exigência de obter permissão para o local da construção
<b>Pagamento de Impostos</b>		Simplificou procedimentos e promoveu um software de contabilidade fiscal			Eliminou impostos sobre bens móveis sobre propriedade corporativa e elevou o teto salarial para o cálculo de contribuições sociais	
<b>Registro de Propriedade</b>	Eliminou exigência de obtenção de passaportes cadastrais em terrenos.		Simplificou procedimentos e implementou prazos eficazes para aplicações de transferência de processamento	Introduziu prazos mais apertados para a conclusão de registro de propriedade	Reduziu tempo necessário para registro de propriedade	

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

### 3.2. Reformas no México

Com uma maior liberalização da economia, o México busca já há algum tempo melhorar seu ambiente de negócios. O país, sob o comando do presidente Enrique Peña Neto, define como prioridade de seu governo atrair capital estrangeiro. Quando eleito, Peña Neto fez um plano de ação de 95 pontos e várias áreas do *Doing Business* estavam nesse plano (Ponce e Gazcón, 2015).

Atualmente o México é o país latino americano mais bem posicionado no relatório do Banco Mundial, ocupando a posição de número de 47. O país apresenta bons resultados nas áreas de resolução de contratos (40º), resolução de insolvência (29º) e principalmente na de obtenção de crédito (5º), área que o presidente considera de grande importância no ambiente de negócios do país. O secretário de Economia Ildefonso Guajardo Villarreal afirmou que a boa classificação do país é devido ao trabalho executado pelos diferentes organismos envolvidos para tornar mais fáceis a regulamentação das pequenas e médias empresas (Ponce e Gazcón, 2015). Ele também advertiu que embora o país tenha grandes desafios a enfrentar, o governo federal mexicano vai continuar trabalhando nesse caminho para que o México se torne cada vez mais atraente para se investir.

Para os próximos anos, o Governo do México colocou como objetivo continuar a avançar em várias frentes, tais como infraestrutura, segurança jurídica, desregulamentação, segurança, entre outras áreas com o objetivo de melhorar o clima de investimento do México.

A Tabela 5, apresenta todas as reformas feitas pelo Governo Mexicano, desde 2011 (Banco Mundial, 2016).

Tabela 5 – Micro reformas na México de 2011 a 2016

Área	DB12	DB13	DB14	DB15	DB16	DB17
<b>Abertura de Empresa</b>		Eliminou a exigência de capital para empresas de responsabilidade limitada				
<b>Comércio Internacional</b>			Implementou uma sistema eletrônico de janela única			
<b>Obtenção de Crédito</b>	Implementou registro de garantias centralizado, que pode ser acessado online			Alterou a lei processual de insolvência, melhorando o acesso ao crédito	Tornou o processo de acesso ao crédito mais eficiente	
<b>Obtenção de Eletricidade</b>		Simplificou procedimentos através de um sistema de informação geográfica (GIS) para mapear a rede de distribuição de energia elétrica	Aplicou uma regra para aprovação do estudo de viabilidade para uma nova conexão			
<b>Obtenção de Alvará de Construção</b>	Consolidou procedimentos administrativos internos					
<b>Pagamento de Impostos</b>	Fim da exigência de apresentar uma declaração fiscal e reduziu exigências de outros impostos				Aboliu o imposto de plano de negócio	
<b>Registro de Propriedade</b>						Aprimorou o processo de registro predial e a qualidade da infraestrutura

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

### 3.3. Reformas na Colômbia

Desde a década de 90 a Colômbia vem fazendo mudanças de liberalização econômica. Atualmente, sob o comando do presidente Juan Manuel Santos Calderón, a Colômbia apresenta um dos melhores climas de investimentos de toda a América Latina, atraindo diversos investimentos estrangeiros. As mudanças feitas pelo governo nas áreas do relatório do Banco Mundial colocam a Colômbia como o país que mais evoluiu no ranking do *Doing Business* na América Latina.

Santos definiu como prioridade evoluir o clima de investimento do país, ao afirmar que as reformas no país continuarão constantes e que a meta de seu governo é colocar a Colômbia entre os 20 melhores países do ranking (*Sistema Informativo del Gobierno*, 2015). O país ocupou a 53ª posição no *Doing Business Report* 2017.

Entre as mais de 30 reformas feitas pela Colômbia na última década, é importante ressaltar as mudanças feitas na área de obtenção de crédito, que fizeram o país saltar para o 2º lugar no relatório do Banco Mundial de 2015 e 2016. Nesta área, o Governo da Colômbia vem fazendo reformas constantemente, pois considera essencial que os pequenos empresários tenham fácil acesso ao crédito. O presidente coloca os pequenos empresários como o motor da economia. Uma das reformas foi a adoção da Lei 1.676 de 2013 que estabelece uma abordagem funcional para transações seguras. (Banco Mundial, 2014).

A Tabela 6, apresenta todas as reformas feitas pelo Governo Colombiano, desde 2011 (Banco Mundial, 2016).

Tabela 6 – Micro reformas na Colômbia de 2011 a 2016

Área	DB12	DB13	DB14	DB15	DB16	DB17
<b>Abertura de Empresa</b>	Deixou de exigir pagamento antecipado da taxa de licença comercial	Eliminou a necessidade de adquirir e registrar contabilmente no momento da incorporação				Simplificou procedimentos de registro
<b>Execução de Contratos</b>			Simplificou e acelerou os processos de disputas comerciais			
<b>Obtenção de Crédito</b>				Adotou uma lei de transações seguras que estabelece um sistema de transações e um registro de garantias centralizado		
<b>Obtenção de Eletricidade</b>			Melhorou a eficiência dos processos internos			
<b>Pagamento de Impostos</b>	Estabeleceu um sistema de arquivamento eletrônico obrigatório com o pagamento de alguns impostos				Reduziu taxas de impostos sobre os salários e introduziu isenções de contribuições de saúde	
<b>Registro de Propriedade</b>				Eliminou a necessidade de um registro provisório		

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

### 3.4. Reformas na Índia

A Índia é um dos países que mais evoluiu sua DTF no relatório do Banco Mundial, chegando a crescer mais de 50% da sua nota inicial. Ademais, o Primeiro Ministro, recém eleito, deixou claro que uma das metas de seu governo é melhorar o clima de investimento do país e já colocou em prática reformas na legislação do país com objetivo de atrair novos investidores. O Primeiro Ministro explicitou o desejo de ficar entre os 50 primeiros países do relatório, tendo que evoluir cerca de 100 posições (Buerkle, 2015). O atual governo busca melhorar o ambiente de negócios do país através de três pilares: desenvolvimento de relacionamento significativo com parceiros indianos; arrecadação de capital; e aumento do investimento em certos setores (infraestrutura, tecnologia de informação e de energia).

Para realizar tantas mudanças no país, o Primeiro Ministro conta com o crescente apoio popular e político que o seu partido vem obtendo. Além do apoio nacional, Modi mantém boas relações com os EUA, Reino Unido, China e Japão. Ademais, a Índia passa por bom momento econômico e financeiro, com elevadas taxas de crescimento e taxas de inflação, juros e desemprego com tendências decrescentes. As ações indianas subiram cerca de 21% com a nomeação de Modi para presidente, corroborando a perspectiva positiva do ambiente de negócios do país.

O governo afirmou que irá fazer uma reforma tributária no país com objetivo de deixá-lo mais atraente para investidores estrangeiros. A natureza da reforma tributária ainda não foi definida, porém envolve a introdução de um Imposto de Bens e Serviços, com objetivo de criar um regime de impostos simplificado para essa área. Um sistema de GST (*Good and Service Tax*) no lugar do código de imposto enigmático corrente deverá reduzir o custo de fazer negócios e aumentar a transparência, até mesmo enquanto resultando em contas de imposto inferiores.

O governo indiano apresenta cerca de 280 projetos econômicos e de desenvolvimento em várias fases de aprovação. Isto inclui propostas para os mercados de capitais, como a flexibilização das restrições de empréstimos sobre os investidores estrangeiros, reversão dos controles de capital anteriormente imposta pelo banco central, substituição do imposto sobre ganhos de capital por um imposto

sobre transações, introdução do imposto sobre incentivos para os investidores de varejo, uma revisão do uso e do papel dos certificados de depósito, apoio para um maior desenvolvimento do mercado de dívida corporativa.

Além disso, em julho de 2015, Modi criou o *Digital India Programme*, campanha para transformar a Índia em uma sociedade digitalmente habilitada em que os serviços governamentais sejam disponibilizados aos cidadãos por via eletrônica. O programa tem o objetivo de transformar todo o ecossistema de serviços públicos através do uso de tecnologia da informação. Assim, o *Digital India Programme* conta com uma melhoria da infraestrutura online e com o aumento da conectividade da população. A iniciativa inclui planos para ligar áreas rurais com internet de alta velocidade e está dividida em três pilares. O primeiro é a criação de uma Infraestrutura Digital (*Digital Infrastructure*). O segundo é a ideia de governança e serviços sob demanda (*Governance and Services on Demand*). Por fim, a alfabetização digital dos cidadãos (*Digital Empowerment of Citizens*).

A área de Governança e Serviços sob Demanda é uma tentativa do governo indiano de criar uma plataforma online para melhorar a prestação de serviços públicos e simplificar os processos (*Digital India Programme*, 2016). O objetivo é deixar todos os serviços e objetivos do governo acessíveis para todos os cidadãos. Esta área do *Digital India Programme* está dividida em 6 elementos: (i) serviços perfeitamente integrados entre os departamentos ou jurisdições; (ii) disponibilidade de serviços em tempo real a partir de plataformas online e telefones; (iii) todos os direitos de cidadãos portáteis e disponível na nuvem; (iv) serviços transformados digitalmente para melhorar o *Doing Business*; (v) realização de transações financeiras eletrônicas; (vi) aproveitamento dos sistemas de Informação Geoespacial (GIS) para sistemas e desenvolvimento de apoio à decisão;

Dentro da área de “Serviços transformados digitalmente para melhorar o *Doing Business*”, o governo pretende criar uma plataforma digital que melhore digitalmente o indicador de *Doing Business* do país. Dentro desse elemento, três projetos visam a melhorar diretamente o *Doing Business*: *e-Biz*, *MCA21* e *e-Trade MMP*.

O *e-biz* é um site que muda de forma radical a abordagem de serviço do governo indiano, prestando serviços de forma digital para a comunidade empresarial. Este

site pretende reduzir drasticamente a complexidade na obtenção de informações e serviços relacionados à partida e à operação de um negócio na Índia.

O *e-biz* permite: 1) obter informações sobre as licenças variadas, folgas e registros necessários para estabelecer um novo negócio na Índia; 2) aplicar online para renovação ou novas licenças, permissões, aprovações, autorizações e registros; 3) apresentar declarações fiscais e outros relatórios regulamentares; 4) fazer pagamentos eletrônicos para os prêmios estatutários, impostos, taxa de serviço etc.; 5) monitorizar o estado de aplicações online; 6) receber alertas via e-mail e SMS sobre o andamento do pedido feitos; 7) interagir online com os vários departamentos governamentais, como resposta de consultas e esclarecimentos, envio de documentos adicionais; 8) obter cópias eletrônicas de licenças aprovadas, certificados de matrícula e outras cartas de apuramento.

Já o *MCA21* é uma plataforma online que busca proteger os investidores regulando assuntos corporativos na Índia através da Lei das Sociedades e outras leis conexas. O site serve como porta de entrada para todos os serviços, orientações e outros assuntos corporativos e informações relacionadas. Pelo site, o empresário consegue procurar e registrar novas empresas, e mudar informações de uma companhia. Assim, o *MCA21*, com sua perspectiva de expansão, deve melhorar diretamente uma das áreas avaliada pelo *Doing Business*, a de proteção de investidores minoritários.

O projeto *e-Trade* tem a finalidade de facilitar o comércio estrangeiro na Índia por meio de promoção da eficácia e competência dos serviços de agências reguladoras, facilitando os envolvidos no comércio exterior. A plataforma online do *e-Trade* tem o objetivo de facilitar o comércio exterior para melhorar o indicador do *Doing Business*.

A Tabela 7, apresenta todas as reformas feitas pelo Governo Indiano, desde 2011 (Banco Mundial, 2016).



Tabela 7 – Micro reformas na Índia de 2011 a 2016

Área	DB12	DB13	DB15	DB16	DB17
<b>Abertura de Empresa</b>			Reduziu consideravelmente as taxas de inscrição	Eliminou a exigência de capital mínimo e a necessidade de obter um certificado para iniciar um negócio	
<b>Comércio Internacional</b>					Lançou o portal <i>Commerce Interchange Gateway</i> e simplificou os procedimentos da área
<b>Execução de Contratos</b>					Criou divisões dedicadas para resolver casos comerciais
<b>Obtenção de Eletricidade</b>			Reduziu o depósito de segurança para uma nova conexão	Eliminou a inspeção de fiação interna pela inspeção elétrica	Simplificou o processo de obtenção de uma nova conexão de eletricidade comercial
<b>Obtenção de Alvará de Construção</b>		Estabeleceu prazos rigorosos para a aprovação de pré-construção			
<b>Pagamento de Impostos</b>	Introduziu um arquivamento eletrônico obrigatório que aliviou a carga administrativa				Introduziu um sistema eletrônico de pagamento de contribuições para a segurança do empregado
<b>Proteção de Investidores Minoritários</b>			Exigiu uma maior divulgação de conflitos de interesse por membros do conselho		

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

### 3.5. Reformas na China

A China passou por diversas reformas econômicas no final do século passado, adotando um “Socialismo de Mercado” e hoje é a maior economia industrial do mundo. Além de grandes reformas nas áreas de agricultura e indústria, a China passou por reformas de abertura econômica, conseguindo atrair grande investimento estrangeiro.

A experiência chinesa mostra que a maior abertura de economia aumenta bastante riqueza para os países pobres. Desde 2005 a 2016, o governo chinês reduziu as tarifas e outras barreiras comerciais, com a tarifa global caindo de 56% para 15% (Pavão, 2015). A autora ainda afirma que quando a China entrou para a OMC, o comércio aumentou de menos de 10% do PIB para 64% do PIB durante o mesmo período. A China é considerada o país mais aberto comercialmente entre as grandes economias.

Atualmente sob os comandos de Xi Jinping, a China cresceu cerca de 45% da sua nota desde a sua pontuação inicial, obtendo uma DTF de 64,28 no DB2017. O atual governo chinês deixa clara a importância de um ambiente de negócios favorável.

A Tabela 8, apresenta todas as reformas feitas pelo Governo Chinês, desde 2011 (Banco Mundial, 2016).

Tabela 8 – Micro reformas na China de 2011 a 2016

Área	DB13	DB14	DB15	DB16	DB17
<b>Abertura de Empresa</b>	Isentou micro e pequenas empresas do pagamento de várias taxas administrativas		Eliminou o requisito de capital mínimo e o requisito de verificação do capital de uma empresa de auditoria		Introduziu uma única forma de obter licença de negócio, código de organização e registro fiscal
<b>Execução de Contratos</b>		Alterou o código de processo civil para simplificar e acelerar todos os processos judiciais			
<b>Obtenção de Crédito</b>		Introduziu a indústria de regulação para informações de créditos			Relatou histórias de pagamentos de empresas de serviços públicos e forneceu uma pontuação de crédito para bancos e instituições financeiras
<b>Obtenção de Alvará de Construção</b>	Simplificou e centralizou as aprovações de pré-construção				
<b>Pagamento de Impostos</b>			Melhorou o sistema eletrônico para apresentação e pagamentos de impostos e reduziu a taxa de contribuição social	Reduziu a taxa de contribuição para a segurança social	

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

### 3.6. Reformas na Costa Rica

Sob comando de Luis Guillermo Solís, a Costa Rica é um dos países que mais evoluiu desde sua pontuação inicial no relatório do Banco Mundial. Atualmente ocupa a posição de número 62 do ranking do *Doing Business* e teve um grande destaque na área de obtenção de crédito nos anos de 2014 para 2015, passando da 90ª posição para 7ª. Outra área em que o país evoluiu muito no último relatório foi no pagamento de impostos, onde o país saltou da posição 119 pra 80ª em apenas um ano.

Na sua conferência anual em El Salvador em 2015, o Banco Mundial elogiou a Costa Rica por possuir uma das mais estáveis e robustas democracias na América Latina. Além disso, elogiou o ritmo saudável do crescimento econômico e alguns dos seus indicadores sociais que estão entre os melhores do continente (*Costa Rica Information*, 2015).

A Costa Rica foi apelidada de “Vale do Silício da América Central” e “Suíça da América Central” por ser um país bilíngue, com economia cada vez mais estável e com governo democrático. A melhora do clima de investimento no país tem atraído diversas empresas estrangeiras, como Acer, Microsoft, GE, Mcdonalds, KFC, Tacobell (*Costa Rica Information*, 2015).

O atual governo do país está preocupado em promover um ambiente de negócios favorável e atrair capital estrangeiro. Hodiernamente o governo vem com propostas de alteração legislativa no país, com intuito de melhorar cada vez mais o ambiente de negócios do país.

A Tabela 9, apresenta todas as reformas feitas pelo Governo Costarriquenho, desde 2011 (Banco Mundial, 2016).

Tabela 9 – Micro reformas na Costa Rica de 2011 a 2016

Área	DB12	DB13	DB14	DB15	DB16
<b>Abertura de Empresa</b>		Simplificou o processo de obtenção de licença sanitária das autoridades para atividades de baixo risco	Criou uma plataforma online para o registro de empresas, eliminando processos burocráticos		
<b>Obtenção de Crédito</b>		Garantiu o direito dos mutuários de pesquisar seus dados pessoais			Adotou uma nova lei de transações seguras que estabelece um sistema de transações e um registro moderno, centralizado.
<b>Obtenção de Eletricidade</b>				Melhorou a coordenação entre os diferentes departamentos na utilidade	Reduziu o tempo necessário para iniciar o fornecimento de energia elétrica
<b>Obtenção de Alvará de Construção</b>		Implementou um sistema de aprovações online	Eliminou procedimentos, melhorou a eficiência e lançou uma plataforma online que simplifica o processo de licença de construção		
<b>Pagamento de Impostos</b>	Pagamento de segurança social foi difundido e utilizado pela maioria dos contribuintes	Implementou meios eletrônicos de pagamentos para os impostos		Implementou um sistema eletrônico para a apresentação de imposto de renda e IVA	Promoveu o uso de um sistema de arquivamento e de pagamento eletrônico de impostos de renda e de vendas
<b>Registro de Propriedade</b>					Criou certificados de propriedade disponíveis online

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

## 4. Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi analisar a evolução do ambiente de negócios no Brasil e comparar com o crescimento de outros países semelhantes. Buscamos explicar essa variação com base no relatório *Doing Business Report* do Banco Mundial. Para isso, foi necessário compreender como funciona o relatório, sua metodologia para analisar os países e as mudanças na estrutura de cálculo do seu principal índice, a DTF. Assim, é possível fazer uma análise da evolução do ambiente de negócios de vários países.

A revisão da literatura, tanto de estudos teóricos quanto empíricos, mostrou que um ambiente de negócios atrativo para investidores pode funcionar como motor de desenvolvimento. Em 2003, com base em um trabalho de Djankov *et al.* (2002), o Banco Mundial criou o relatório *Doing Business Report*, que busca classificar cada país de acordo com a facilidade de empreender. Assim, o relatório apresenta uma nota que cada país recebe chamada *Distance to Frontier* – DTF.

Após calcular a variação nas DTF's de 2005 a 2016 dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e de alguns países latinos, como Colômbia e Costa Rica, países que iniciaram com uma colocação ruim no relatório inicial, conclui-se que o Brasil, entre os países analisados, foi o que menos variou sua nota.

Além disso, calculamos a DTF “legítima”, de onde retiramos todas as variações de pontuação causadas por mudanças na metodologia. Após o cálculo da variação na DTF “legítima”, verificamos, que mesmo com baixa variação na DTF total do Brasil, mais de 60% é causada por ganhos na mudança da metodologia, como a adição da área Obtenção de Eletricidade no relatório, em 2009. A evolução na DTF “legítima” é pior ainda que a DTF original, mostrando que as reformas que o Brasil fez para tornar seu ambiente de negócios mais atrativos foram poucas e ineficientes.

Discutimos também as reformas que os países analisados fizeram para evoluir de forma significativa no relatório. É possível observar que o governo das maioria destes países, colocou como prioridade o desenvolvimento de seu ambiente de negócios, buscando medidas que o simplifiquem e o tornem mais eficiente.

Por fim, os resultados estudados neste trabalho corroboram certos aspectos da economia brasileira atual: falta de confiança externa, crise econômica e política.

## Referências Bibliográficas

**AGÊNCIA DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS (ASI) – Rússia.** Disponível em:

<[https://asi.ru/eng/about\\_agency/#directions](https://asi.ru/eng/about_agency/#directions)> Acesso em: 15 out de 2016.

<<https://asi.ru/eng/npi/>> Acesso em: 13 nov de 2016.

América Economía. **México avanzó hasta la posición 39 en el ránking *Doing Business*.** Disponível em:

<<http://www.americaeconomia.com/economia-mercados/finanzas/mexico-avanzo-hasta-la-posicion-39-en-el-ranking-doing-business>> Acesso em: 14 nov de 2016.

Banco Mundial. ***Doing Business*.** Disponível em:

*Doing Business* 2017 – **Data.** <<http://www.doingbusiness.org/data/data>>

Acesso em: 8 set de 2016.

*Doing Business* 2017 – **Distance to Frontier.**

<<http://www.doingbusiness.org/data/distance-to-frontier>> Acesso em: 15 set de 2016.

*Doing Business* 2016 – **Going Beyond Efficiency – Full Report (2015).**

<[www.doingbusiness.org.br](http://www.doingbusiness.org.br)> Acesso em: 13 set de 2016.

*Doing Business* 2017 – **Going Beyond Efficiency – Full Report (2016).**

<[www.doingbusiness.org.br](http://www.doingbusiness.org.br)> Acesso em: 20 out de 2016.

*Doing Business* 2017 – **Methodology** <<http://www.doingbusiness.org/data/methodology>> Acesso em: 15 out de 2016.

*Doing Business* 2017 – **Rankings.**

<<http://www.doingbusiness.org/data/rankings>> Acesso em: 13 nov de 2016.

*Doing Business* 2017 – **Reforms** <<http://www.doingbusiness.org/data/reforms>>

Acesso em 15 out de 2016.



BLAUG, M. **Kuhn versus Lakatos, or Paradigms versus Research Programmes in the History of Economics.** *History of Political Economy*, v. 7, n. 4, p. 399-433, 1975.

BECKER, G. S. **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education.** New York: Columbia University Press, 1964.

BESLEY, T. **Law, Regulation, and the Business Climate: The Nature and Influence of the World Bank *Doing Business* Project.** *Journal of Economic Perspectives*, v. 29, n. 3, p 99–120, 2015.

BUERKLE, TOM. 2015. **Prime Minister Narendra Modi Has High Hopes for India.** Institutional Investor, 2015. Disponível em:  
<<http://www.institutionalinvestor.com/article/3421742/banking-and-capital-markets-emerging-markets/prime-minister-narendra-modi-has-high-hopes-for-india>> Acesso em: 13 nov de 2016.

CALDERÓN, C. SERVÉN, L. **Trends in Infrastructure in Latin America, 1980-2001.** World Bank Policy Research Working Paper, n. 3401, 2004.

Costa Rica Information. **Investment & Business.** 2015. Disponível em:  
<<http://costarica-information.com/about-costa-rica/economy/investment-business>> Acesso em: 14 nov de 2016.

**DIGITAL PROGRAMME - Índia.** Disponível em:  
<<http://www.digitalindia.gov.in/>> Acesso em: 13 nov de 2016.

DJANKOV, S. et al. **The regulation of entry.** *Quarterly Journal of Economics*, v. 117, n. 1, p. 1-37, 2002.

**E-BIZ - Índia.** Disponível em:  
<<https://www.ebiz.gov.in/guideme>> Acesso em: 14 nov de 2016.

**E-Trade - Índia.** Disponível em:

<<http://etrade.gov.in/project.aspx>> Acesso em: 14 nov de 2016.

GAZÓN, A. SÁNHCEZ, A. **Colombia lidera por primera vez el Doing Business entre países de América Latina.** Disponível em:

<[http://www.larepublica.co/colombia-lidera-por-primera-vez-el-doing-business-entre-pa%C3%ADses-de-am%C3%A9rica-latina\\_186156](http://www.larepublica.co/colombia-lidera-por-primera-vez-el-doing-business-entre-pa%C3%ADses-de-am%C3%A9rica-latina_186156)> Acesso em: 16 nov de 2016.

MATION, L. **Comparações Internacionais de Produtividade e Impactos do Ambiente de Negócios.** Produtividade no Brasil, v.1, n.1, p.173-200, 2014.

**MCA21 - Índia.** Disponível em:

<<http://www.mca.gov.in/>> Acesso em: 14 nov de 2016.

MUELLER, B. PEREIRA, C. **Credibility and the Design of Regulatory Agencies in Brazil.** Brazilian Journal of Political Economy, Vol. 22 n.3 (87), p. 65-88, 2002.

KEYNES, J. **Teoria geral do emprego, do Juro e da Moeda.** 1936.

Pavão, M. **A entrada da China na OMC.** 2015. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/36351/a-entrada-da-china-na-omc>> Acesso em: 20 nov de 2016.

Ponce, K. Gazcón, F. **Avances, pese a entorno: Enrique Peña Nieto, en inauguración de la Cumbre de Negocios.** Elxelsior, 2015. Disponível em:

<<http://www.excelsior.com.mx/nacional/2015/10/27/1053579>> Acesso em: 14 nov de 2016.

ROCHA, C. e TEIXEIRA, J. **Complementaridade Versus Substituição Entre Investimento Público e Privado.** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 1-2, 1996.

SCHULTZ, T.W. **O capital humano. Investimentos em educação e pesquisa.** Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultural, p. 169p, 1982.

Sistema Informativo del Gobierno. **Presidente Santos destaca reconocimiento a Colombia como líder regional en el Índice *Doing Business*.** 2015.

Disponível em:

<[http://wp.presidencia.gov.co/Noticias/2014/Octubre/Paginas/20141029\\_04-Presidente-Santos-destaca-reconocimiento-Colombia-como-lider-regional-Indice-Doing-Business.aspx](http://wp.presidencia.gov.co/Noticias/2014/Octubre/Paginas/20141029_04-Presidente-Santos-destaca-reconocimiento-Colombia-como-lider-regional-Indice-Doing-Business.aspx)> Acesso em: 14 nov de 2016.

SOLOW, R. **A Contribution to the Theory of Economic Growth.** Oxford University, Oxford, v. 70, n. 1, 1956.

STERN, N. **A Strategy for Development.** The Worlds Bank, Washington, DC. 2002.